

Ações Ambientalmente Corretas em Empresas Localizadas no Portal da Amazônia Legal – Uma Investigação Qualitativa

Ronald Tavares Pires da SILVA (UNEMAT)

Eloisa Cristina do NASCIMENTO (UNEMAT)

Sirlei Ana FALCHETTI (UNEMAT)

Este trabalho apresenta o perfil da gestão ambiental de pequenas e médias empresas da cidade de Sinop, norte do Estado de Mato Grosso. É exposta a visão antropofágica dos administradores locais e a verificação da visão que os mesmos têm em relação a oportunidades e a importância do parâmetro ambiental. Metodologicamente, utilizou-se de pesquisa qualitativa, entrevista estruturada, analisando as ações ambientais das empresas e sua postura em face das alterações nas exigências do mercado atualmente globalizado. Levantaram-se informações sobre instrumentos de comando e controle, assim como econômicos, ferramentas unânimes na alteração das atitudes das empresas locais. As análises foram feitas utilizando o método de análise de conteúdo e tendo como base teorias, utilizando-se das variáveis favoráveis e estratégicas para a adequação das organizações à gestão ambiental.

Palavras-chave: Gestão ambiental, meio ambiente, controle.

1. Introdução

O processo de globalização experimentado pela sociedade, em termos de negociações, significa, para muitos autores, o nível mais alto já alcançado pelo sistema capitalista. Tapscott, citando em Tachizawa (2002, p. 61), sobre o assunto, comenta que “As empresas dispõem de oportunidades sem precedentes para poder desfrutar de novos mercados” e Neiman (2002, p. 4), sobre capitalismo atual, diz que, “...é capaz de produzir mercadorias em quantidades nunca antes vistas e de colocá-las em circulação numa velocidade tão acelerada”. O modelo de produção moderno, embasado no sistema capitalista levanta questionamentos e críticas ao medir apenas lucros em detrimento da qualidade ambiental onde estão inseridos seus recursos de produção e encontra-se, no final da primeira década do 3º milênio, em constante questionamento de sua eficácia. Seiffert (2005, p. 17) comenta que “a constatação da existência de limites ambientais ao crescimento econômico” provoca nos países e organizações a necessidade de adequar-se à realidade mercadológica ou continuar seu método de não-sustentabilidade das suas matérias.

As organizações do comércio mundial precisam adequar-se às novas demandas, não só dos seres humanos, mas da própria natureza e de seus recursos, que são finitos, buscando o equilíbrio por meio do desenvolvimento sustentável. “A percepção de que existe a necessidade de uma perspectiva multidimensional, envolvendo economia, ecologia e política simultaneamente” (SEIFFERT, 2005, p. 18), exige das organizações medidas eficientes, e dentre os métodos, está a gestão ambiental, tema dissertado neste artigo.

Frente a um cenário de problemas ambientais, faz-se necessária uma postura empresarial voltada a proteger, solucionar, bem como evitar a degradação e o fim dos recursos utilizados por toda a população. Os recursos naturais não se regeneram na mesma proporção que sua exploração nem na mesma velocidade com que sofrem descargas de poluição por parte das organizações, que, como afirmado pelo autor anteriormente citado, são as maiores responsáveis pela descarga de poluição no meio ambiente. Melgar (2005 p.15) confirma esta realidade:

Os problemas ambientais no mundo estão afetando a qualidade de vida, e as empresas estão preocupadas com a preservação do meio ambiente, procurando ferramentas, métodos ou processos que possam diminuir o impacto ambiental. O meio empresarial está trabalhando para reduzir esses impactos (redução de custos, eliminação de resíduos, selos verdes, certificações, análise do ciclo de vida dos produtos etc.), educando e mudando atitudes, com a participação e colaboração dos membros da empresa.

Considerando que o bioma Amazônico é um dos mais importantes do mundo e que a cidade de Sinop/MT está na linha do Paralelo 13 e faz parte das cidades limítrofes do Portal da Amazônia, integrante da Amazônia Legal, questiona-se se as empresas locais adotam ações de gestão com preocupação ambiental e como diferencial competitivo.

O presente artigo busca detectar se o perfil da gestão empresarial de Sinop/MT está baseado em uma gestão preocupada e envolvida com as questões ambientais, qual é o conhecimento de seus gestores em relação ao tema, às normas ISO 14.000 e quais são as principais variáveis

externas à empresa que atuam como fator de pressão para a adoção de ações de gestão ambientalmente corretas.

2. A Questão Ambiental

A gestão do meio ambiente, ou apenas gestão ambiental, é a nomeação de ações administrativas e operacionais com o objetivo de eliminar os males, ou pelo menos reduzi-los a um mínimo aceitável e sustentável pela natureza. Portanto, toda ação de proteção, atendendo às diretrizes administrativas da organização, pode ser nomeada de gestão ambiental (BARBIERI, 2004, p.20).

Donaire (1999) verificou que, muitas vezes, executivos que observam essas mudanças de um ponto de vista econômico questionam os aspectos financeiros, prevalecendo o pensamento de que qualquer atitude de mudança para se adaptar ao parâmetro de sustentabilidade incorrerá no aumento das despesas, aumentando, então, os custos operacionais. Contudo, não é esta a realidade que as empresas que se aventuraram pioneiramente dentro do âmbito ambiental vivenciaram. Elas perceberam que é possível auferir lucros e proteger o meio ambiente. Basta possuir “certa dose de credibilidade” para transformar restrições e ameaças de riscos ambientais em oportunidades de negócios.

Seiffert (2005) afirma que há mais percepções em jogo. Existe o entendimento de que "A questão ambiental, aliada ao esgotamento gradual da ideia do desenvolvimento a qualquer custo, revela a urgência de uma perspectiva estratégica de planejamento". A autora também afirma que esta visão da importância ambiental dentro da instituição e o aquecimento destes debates desenvolvem uma visão geral, denominada de "senso comum", que observa como as medidas ambientais não objetivam impedir desenvolvimento econômico, mas sim estabelecer uma relação custo/benefício que exige posturas organizacionais ambientais (SEIFFERT, 2005, p.19).

É também o efeito da globalização que surte efeito em todas as empresas, e como destaca Donaire (1999, p.18), mesmo aquelas com atuação apenas no mercado doméstico sentem os efeitos “quer pela competição existente com as multinacionais domiciliadas no país, quer pela importação de bens dos países que possuem vantagem competitiva”.

O caráter ecológico dissipa-se entre as comunidades mundiais, principalmente aquelas mais desenvolvidas economicamente, afinal a sociedade é um círculo totalmente interligado, onde crise econômico-social também significa degradação ambiental. Esta relação ocorre com o acirramento das leis ambientais dos países de economia avançada e um sequencial aumento dos custos para tratamento de resíduos. Já nos países de economia menos desenvolvida ocorre o contrário: certo “afrouxamento” na legislação e fiscalização ambiental, o que desencadeia um movimento de migração das indústrias que buscam menores custos operacionais. Tais custos podem ser destacados como matéria-prima em fácil acesso e baixo custo, facilidade de “descarregar” seus resíduos, pouca ou nenhuma fiscalização e ônus ambiental (VEIGA, 2005, p.68).

Andrade, Tachizawa & Carvalho (2002, p.41) analisam o micro-ambiente da empresa e consideram válido lembrar que uma empresa tem legislação normativa, hierarquia, sistemas de informação, de coordenação e de controle, com uma gama de objetivos, e mais, que o micro-ambiente é constituído de um conjunto de agentes, recursos humanos, financeiros, materiais, tecnológicos, clientes, concorrentes, uma cadeia que “compõe a essência do ciclo

de processos de agregação de valores na formação do(s) produto (s) da organização.” Contudo, é o macro-ambiente o responsável pelas grandes alterações organizacionais, posto que são as pressões externas que alteram o micro-ambiente. Sem descartar, entretanto, os clientes, que, de acordo com Barbieri (2004, p.99), conjura-se juntamente com um dos três conjuntos que influenciam os empresários a ponto de provocar alterações organizacionais. Integrando essas alterações com a temática ambiental, pode-se verificar, através das palavras de Barbieri, o que são e como acontecem essas mudanças ou como deveriam acontecer.

A solução dos problemas ambientais, ou sua minimização, exige uma nova atitude dos empresários e administradores, que devem passar a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do planeta (BARBIERI, 2004 p. 99).

A competitividade, atualmente, provém da evolução das questões ambientais, que significarão posições da organização em seu mercado, e, para isso, cada empresa desenvolverá aquela gestão ambiental que mais se encaixe à sua tipologia organizacional. Prova disto vem de um exemplo próximo a Sinop-MT, da cidade de Lucas do Rio Verde, segundo as palavras de Vassalo (revista Exame, edição 914, 2008, p.9):

Rio Verde cresce 10% ao ano. É o retrato do Brasil que está dando certo. Mas empresários, produtores rurais e políticos da cidade perceberam que essa prosperidade vem sendo ameaçada por novas forças do mercado. Já não é suficiente ser o mais produtivo, ter os melhores custos, uma boa logística. Os clientes do presente e do futuro não comprarão (...) se a cidade não conseguir vencer o desafio da sustentabilidade social e ambiental. Lucas do Rio Verde é a demonstração de que crescimento econômico e respeito ambiental não são inconciliáveis.

As preocupações da sociedade se expandiram, preocupa-se também com o meio ambiente, com a sua segurança perante o aumento da violência, e, por conseqüência, preocupa-se com os grupos minoritários. Quanto ao mercado, tornou-se mais exigente quanto à qualidade dos produtos e dos serviços e quanto à defesa do consumidor. Essa expansão do pensamento da comunidade tem gerado pressão sobre as organizações para que também elas passem a considerar tais valores em suas tomadas de decisão (DONAIRE, 1999, p.16). Portanto, o lucro e a rentabilidade da empresa estão vinculados à sua capacidade de antever mudanças e reagir a elas com presteza. Mudanças sociais e políticas não podem ser ignoradas, reagir assim culmina em altos custos e arranhões na imagem das organizações, complementa o autor.

As empresas estão sujeitas aos instrumentos de comando e controle, ou instrumentos de regulamentação direta, que visam a encontrar ações degradantes, limitá-las e condicionar todo o tipo de atividades a elas ligadas. É um poder de polícia; afinal, executam proibições, restrições, são editadas as normas, regras e padrões para aqueles que emitem resíduos poluentes e que necessitam, portanto, de controle.

Exclusão e veto de produção ou de comercialização caracterizam outros tipos de controle, porém mais radicais. A expedição de licenças ambientais é outro exemplo, e atingem até pessoas físicas que devem se adequar às normas de utilização instituídas pelo Poder Público. Contudo, “Os instrumentos de comando e controle também são criticados pelo peso que eles representam para o Estado, uma vez que sua eficácia depende de um aparato institucional dispendioso”, salienta Barbieri (2004, p.71).

Barbieri (2004) aborda que o Poder Público se utiliza de medidas que podem trazer benefícios ou prejuízos financeiros para pessoas ou organizações. Esses instrumentos se subdividem em

fiscal e o de mercado. Potencialmente, o instrumento fiscal pode se estabelecer através de subsídios ou tributos, ou seja, uma troca de provimentos financeiros entre setor público e setor privado; esta troca pode significar impostos e encargos estabelecidos por meio do poder de polícia, com o objetivo de estimular práticas ambientais sustentáveis.

Com o instrumento fiscal, existe o de mercado. As decisões empresariais buscam a maximização de lucros, “para o empresário, os custos incorridos pela empresa devem ser os mínimos possíveis [...] Um desses custos refere-se à perda da qualidade do meio ambiente”. A poluição gerada ocasionará um custo externo para a empresa, e, conforme Barbieri, ele será pago por todas as pessoas de qualquer geração. Esse custo externo pode ser chamado de “externalidades”, que ocorre quando agentes econômicos sofrem perdas causadas por outros agentes, sem a compensação do preço. No caso da questão ambiental, temos uma externalidade que causará um custo social (BARBIERI, 2004, p.66).

Além desses instrumentos, há os instrumentos públicos de mercado, que consistem em permissões de um determinado nível de emissões, que, inclusive, são permissões transferíveis, nomeadas de títulos, com valor de mercado. O seu possuidor pode poluir até o limite estabelecido no título, e, após reduzir suas emissões, adquire o direito de vendê-lo, comprando outros de valores estabelecidos pelo mercado com nível de emissão menor e valor maior (BARBIERI, 2004, p.69).

Em relação ao conhecimento sobre questões ambientais, a educação reveste-se da maior importância. O conhecimento é a meta buscada por pesquisadores para desenvolverem projetos, novas tecnologias, inovações conceituais e práticas para o universo infinito de possibilidades de evolução, mas também de informação como conscientização. O ano de 1972, em Estocolmo (Suécia), por ocasião da “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano” foi o pontapé no sentido de incentivo ao instrumento educacional; o que ocasionou a permanência dessa pauta em quase todos os fóruns que se seguiram, salienta Barbieri (2004, p.76).

A Conferência de Estocolmo incentivou os grandes debates sobre a questão ecológica no mundo. Observa-se que, na época, o Brasil, apesar de participante, considerou o movimento apenas um “luxo para países ricos”. Com a economia do país crescendo e com uma visão “desenvolvimentista”, o que o país queria, naquele momento, era o progresso, e, não, evitar a poluição. É nas palavras de Reigota (1997, p. 53) que se pode confirmar tal assertiva, quando ele diz que: “Todos os seus projetos [do Brasil] que afetam drasticamente o meio ambiente são considerados prioritários, e a preocupação com o meio ambiente é considerada pelos militares e tecnocratas um luxo dos países ricos”.

Normas ISO 14.000

No que tange a esta norma, a série ISO 14.000, Melgar (2005, p.33) coloca:

A ISO 14000 foi criada pelo Comitê Técnico 207 (TC 207), criado, por sua vez, pela Organização Internacional de Normalização (ISO). Este comitê define os elementos de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), a auditoria de um Sistema de Gestão Ambiental, a avaliação de desempenho ambiental, a rotulagem ambiental e a análise de ciclo de vida. (...) Seu principal objetivo é desenvolver normas referentes à fabricação, comércio e comunicação.

Esta norma é parte de todo um sistema, pois a norma NBR ISO 14.000 é uma série completa de informações para implantação de um sistema de gestão ambiental que se preocupa com uma melhoria contínua, objetivando auxiliar a empresa a formular uma política ambiental, considerando requisitos legais e informando sobre impactos ambientais significativos. Esclarecendo inclusive o significado de uma política ambiental, de uma melhoria contínua e de outras diretrizes expostas que, de modo geral, pretendem fornecer meios para um “aprimoramento do desempenho ambiental”, além de prover a empresa de um processo estruturado para a busca dessa melhoria contínua, considerando as circunstâncias econômicas da organização-alvo da implantação. Podemos acrescentar, “esta Norma contém requisitos de sistema de gestão baseados no processo dinâmico e cíclico de planejar, implementar, verificar e analisar criticamente” (NBR ISO 14.001, 1996, p.8).

Enquanto a gestão ambiental consiste em ações operacionais ou administrativas referentes à questão ambiental, o Sistema de Gestão Ambiental se caracteriza por maior complexidade, pois a gestão ambiental pode se caracterizar por ações isoladas dos mais diferentes níveis de investimento, mas, sem um conjunto de integração de toda a empresa, essas ações não se tornam um sistema. “Sistema é um conjunto de partes inter-relacionadas” (BARBIERI, 2004, p.137).

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) vai além de todas as atividades de uma simples gestão ambiental, implica na consistência de uma política ambiental que estará presente em todas as ações da gestão empresarial de qualquer segmento de mercado de uma forma integrada a toda empresa, operacional, administrativa, fornecedores e cliente. Isso significa sua existência até dentro do planejamento estratégico da instituição, de forma que a organização seja influenciada por essa política até em suas intenções futuras. Existem diferentes modelos de sistemas de gestão ambiental, e, ainda, uma empresa pode evoluir a sua gestão ambiental para um sistema por meio de uma certificação ou declaração de um órgão normativo, mas todos eles, sejam derivados, copiados ou recém criados, devem culminar em melhoria contínua de processos e produtos.

2.1 Mato Grosso e a Questão Ambiental

Na região onde se desenvolveu o presente estudo, observa-se um parâmetro homogêneo entre as cidades de Sinop - Mato Grosso, e a região centro-norte do mesmo estado. Grandes modificações na região ocorrem historicamente na década de 70, com uma colonização incentivada pelo governo da época, a Ditadura Militar, e implantada pela iniciativa privada. Sua colonização é entendida como diferente das demais efetuadas pelo Estado Brasileiro. (SOUZA, 2004, p. 187).

Após 1970, as colonizadoras privadas entram em cena e “Amazônia Mato-Grossense” é modificada com intensa urbanização e fortes atividades agrícolas. Essas empresas privadas e fortemente capitalizadas controlavam e organizavam os projetos de urbanização, agronegócio e extrativismo mineral por meio de núcleos urbano-rurais. (SOUZA, 2004, p.189). Atualmente, a agropecuária e a indústria madeireira, que nessa região tem o seu principal pólo, são suas principais atividades econômicas.

Souza (2004, p.227) expõe sobre a atualidade de Sinop:

Aparece como local de desenvolvimento contínuo, pretendendo ocultar as diferenças sociais, mas que, devido à ausência de uma política de preservação ambiental, tem

proporcionado uma verdadeira devastação com queimadas, exploração não racional de recursos florestais e o assoreamento de vários córregos e reservas pelo lixo industrial e urbano jogado em suas margens.

Esse desenvolvimento resultou em uma grande mudança na paisagem natural da região, os cerrados e as matas foram substituídos por uma agricultura mecanizada que causou forte desmatamento. Suas conseqüências, segundo Souza, “ameaçando o desaparecimento desses ecossistemas em escala local e regional” (2004, p.189).

O Planejamento MT + 20 vai ao encontro e complementa (MT+20, XII Centro-Norte, 2004, p.22):

Apesar da rápida expansão da fronteira na região de Sinop ao longo das décadas de 70 e 90, incluindo forte imigração, o ambiente predominante de floresta, com formação de contato floresta/savana, apresenta média e baixa alteração. Mesmo a USSE – Unidade Socioeconômica e Ecológica de Sinop, que vem recebendo a maior pressão antrópica na região, registrando média e alta antropização, apresenta um ambiente de floresta moderadamente alterado, com alta predisposição à erosão.

O programa MT + 20 cita a desvantagem da região e entre elas está a degradação ambiental, a gestão ambiental ineficaz, baixa escolaridade e mão-de-obra desqualificada, deficiente ensino superior, crescimento demográfico desorganizado, “baixo investimento tecnológico para exploração racional dos recursos naturais” (MT+20, XII Centro-Norte, 2004, p.30). Quanto às suas estratégias ambientais para a região, o Programa do Estado declara que pretende “articular um conjunto de ações” que reduza a pressão de organizações sobre o tema ambiental, e também para conservar o meio ambiente por meio de uma reorientação do modelo de extração dos recursos naturais de todo estado, com destaque à região da cidade de Sinop/MT.

3. O Estudo

O procedimento técnico utilizado para execução desta pesquisa foi um estudo de campo, por meio de levantamento de dados, encaminhando-se como uma pesquisa qualitativa. O levantamento de dados foi realizado por meio de um estudo de campo por contato direto. Dentro da pesquisa de campo, utilizou-se da entrevista, utilizada com o objetivo claro de recolhimento de informações e compreensão destas, além da observação direta e percepções sobre o ambiente da empresa.

A entrevista foi estruturada e padronizada. Possibilitou, durante o processo de implementação, que fossem feitas anotações e apontamentos relevantes, de maneira a compreender experiências e até anseios por parte dos entrevistados sobre o objeto de pesquisa e compreensão, inclusive, de planejamentos que estejam sendo efetuados sobre o tema da pesquisa.

O universo da pesquisa foram as pequenas empresas da cidade de Sinop-MT e a amostra foi constituída de 9 (nove) empresas em diferentes segmentos de atividades.

Empresa	Segmento Atividade	Nº Empregos Diretos	Tempo de Mercado	Mercado-Alvo Atingido	Principal Mix Produtos
Empresa A	Comércio Varejista.	72	25 anos	Local e regional.	Confecções Calçados Adultos
Empresa B	Construção Rodovias	120	28 anos	Instituições Públicas e Privadas	Pavimentação, Mecanização Agrícola,

	Ferrovias				Constr. Represa, Barragens etc.
Empresa C	Transporte e Logística	120	10 anos	Transporte e Logística Estadual	Caminhões Novos c/ tecnologia Centro de Distribuição
Empresa D	Administração Fazendas	Escritório – 6	02 meses	Fazendas – Produtores de Grãos	Contabilidade Administração Planejamento e Controle
Empresa E	Concessionária de Motos	65	29 anos	Pessoas Físicas e Jurídicas	Motos - Cotas Consórcio
Empresa F	Revenda Insumos Agrícolas	20	08 anos	Produtores Rurais	Fertilizantes, Sementes, Defensivos
Empresa G	Abatedouro Bovino Frigorífico	750	13 anos	Mercado interno e externo	Carne bovina. Subprodutos de couro
Empresa H	Aços Perfilados	06	05 anos	Serralheiros	Tubos de Aço, Placas de Aço
Empresa I	Indústria e Comércio de Alimentos	40	05 anos	Distribuidores Supermercados	Palmito, Pepino Tomate Seco, Azeitonas
Fonte: Pesquisa realizada nos meses de setembro e outubro de 2008 pelos autores.					

Quadro 1 – Seleção da amostra

Cientificamente, esta seleção da amostra embasa-se em uma das várias tipologias do processo de amostragem, uma amostragem não-probabilista por tipicidade. Esta é uma amostra representativa, a procura de um subgrupo que seja típico em relação ao todo, ao universo. Esta técnica necessita restringir-se a situações onde possíveis erros não representem gravidade.

As empresas entrevistadas caracterizam-se por uma predominância em atendimento à venda direta ao consumidor final, varejo de vestuário, automobilístico, alimentação e produtos agrícolas. Também se selecionou empresa do setor de transformação do aço, transporte e logística e escritório administrativo da produção agrícola. O objetivo foi contemplar organizações que atingissem o mercado regional, estadual, nacional e internacional, ou que representassem tradição na cidade de Sinop/MT. Incluíram-se algumas organizações recentes, pois haveria a possibilidade de já terem implantado algum modelo de gestão ambiental e entrarem no mercado já com ações de administração que incluíssem a sustentabilidade ambiental.

3.1 Análise dos dados

Os resultados da análise dos dados coletados foram por meio da análise de conteúdo. Entende-se que por meio das entrevistas, observações, gestos dos entrevistados, opiniões, bem mais que simples discursos são realizados, mas sim expressões das suas realidades, de crenças, de costumes e de convivências

Primeiramente, buscou-se entender a visão que os administradores das empresas têm em relação à gestão ambientalmente correta. Em relação ao assunto, verificou-se que os administradores consideram que a gestão da empresa com uma visão ambiental é necessária sempre e prioridade em suas administrações. As empresas afirmam e confirmam que estão preocupadas integralmente com o meio ambiente, que há a preocupação constante com a qualidade de vida da população de toda a região, há necessidade de uma *gestão ambiental eficiente e eficaz*. (*Foco na resposta da Empresa B, porque a mesma necessita de matéria-prima, que é o recurso natural do solo, e sem a preocupação da sustentabilidade deste*

recurso, os custos operacionais da empresa podem aumentar). Um dos fatores destacados pelos gestores é que a necessidade de práticas ambientalmente corretas deve-se principalmente pelas consequências de ações inadequadas com o meio ambiente, que impõem um alto custo pelos instrumentos de controle e fiscalização do governo.

Pode-se destacar que a preocupação em adotar ações ambientalmente corretas para as empresas entrevistadas recai em: qualidade de vida da população, satisfazer as fiscalizações e manter as empresas legalizadas e a prevenção de intervenções governamentais. A gestão ambiental como necessária frente à atual realidade legislativa da região e do país e prevenção de intervenções governamentais. Destaca-se a frase do Administrador da Empresa F: *O mercado em que estamos inseridos nos cobra uma posição.*

Para uma das nove empresas entrevistadas, Empresa H, frente à atual realidade da empresa, relativamente nova no mercado local e relativamente ao fato de sua produção ser destinada a serralheiros, a gestão ambiental seria necessária às vezes. O administrador alega ser esta a sua visão, já que na empresa os resíduos de aço são revendidos aos lixões, a empresas que depositam e trabalham com sucatas, ou, segundo ele, os *ferros-velhos*.

Relacionando o compromisso e preocupação do Administrador com o impacto causado pelas empresas no meio ambiente, há uma preocupação geral, quando alguns se dizem muito preocupados e outros apenas preocupados. Destacam-se:

Empresa A: *Resíduos contribuem para aumento de alguns problemas sociais.*

Empresa B: *Impactos da empresa são muito amplos.*

Empresa C: *Acidentes em seu ramo de serviço atingem toda a sociedade e o fluxo das rodovias.*

Empresa D: *Grandes cuidados com os resíduos.*

Empresa F: *Degradação gera custos, sustentabilidade lucros.*

Entre as respostas, chama a atenção a afirmação da Empresa H de que *sua empresa não causa impactos ao meio ambiente.*

Em algumas empresas, observou-se uma linha de raciocínio contínua, alegando que a gestão ambiental é necessária, sem ser uma prioridade para a empresa, e, portanto, quando questionados sobre o impacto que a empresa exercia, alegaram simples preocupação por estudar e implantar algumas ações que aliviem esses impactos. Há certa preocupação com resíduos que podem ser reciclados, como materiais de escritório, papel e papelão, e que em Sinop/MT, por não haver uma coleta seletiva, não são encaminhados para reciclagem.

Os administradores, em sua maioria (oito das nove empresas), afirmaram que são muito preocupados com os impactos ambientais, porém consideram que já fazem o necessário e suficiente para diminuir impactos no meio ambiente, e que mais ações teriam outro impacto para a empresa, que é o aumento dos custos.

A preocupação das empresas em relação à educação ambiental de seus funcionários se atém a treinamentos e qualificações somente quando há uma exigência legal, sendo que a “conscientização” dos funcionários ocorre somente por leituras, mídia falada e escrita, contratação de funcionários com *consciência ecológica* e que as ações da empresa, sendo corretas, incentivam os funcionários a também o serem.

Das 9 (nove) empresas, somente 2 (duas) oferecem treinamento e programas de qualificação aos funcionários, e, nesses dois casos, por exigência legal (empresa de terraplanagem e empresa transportadora, que têm o programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA). Em relação à integração de ações ambientais nas atividades organizacionais rotineiras das empresas, destacam-se as respostas individualmente:

A Empresa A relatou que, dentro da cultura da organização, esporadicamente se incluem ações ambientais e que, em seu planejamento e tomada de decisões, apenas se insere a gestão ambiental quando são ações que podem ocasionar algum impacto ambiental.

A empresa B declarou que é necessário estar inclusa na cultura organizacional a gestão ambiental, pois todo novo projeto que inclua abertura de novas áreas para exploração de recursos necessários para atividade da empresa, obrigatoriamente deve-se obter uma licença ambiental, que apenas é concedida quando a organização está dentro dos parâmetros exigidos pelos órgãos competentes.

A empresa C expôs que sempre é integrada à cultura da organização a gestão ambiental, pois cada ação da empresa a leva em consideração.

A empresa D afirma que a gestão ambiental sempre é integrada à cultura de toda a empresa, para desenvolver projetos além das leis ambientais. O administrador afirmou estar se referindo às propriedades que administra, pois estas necessitam estar à frente para evitar as ações de instrumentos econômicos governamentais (multas).

A empresa E relatou que a gestão ambiental deve ser integrada à cultura organizacional, pois esta é uma obrigatoriedade da franquia que a empresa representa.

A empresa F declarou que a cultura da gestão ambiental está integrada entre todos e em todas as atividades, pois a conscientização da empresa auxilia na difusão dessa idéia ambiental junto a todos os clientes, fornecedores e demais relacionamentos da empresa.

O administrador da empresa G expôs que a gestão ambiental está sempre integrada ao planejamento estratégico da empresa, junto à diretoria, pois, quando novos projetos são elaborados, *sempre é necessário visar às ações ambientais.*

A empresa H acredita que a cultura da organização considera as preocupações ambientais. Cada projeto objetiva a melhoria da empresa e que ela continue mantendo-se sem impactos ambientais, visto que, para ele, não há impactos ambientais causados pela empresa.

A empresa I afirmou que a gestão ambiental sempre está integrada à cultura da empresa e que apenas adquire produtos que sejam frutos de planejamento. Não podem ser nativos, para não serem provenientes de ações de degradação e não podem agredir o meio ambiente.

Contudo, quando questionados sobre a origem do conhecimento dos administradores sobre gestão ambiental, 4 (quatro) afirmaram que não dominam o assunto, 3 (três) que foi a experiência e a prática que lhes proporcionaram conhecimento e 2 (dois) em universidades, cursos e treinamento. Afirmam que, em relação a problemas ambientais, somente seguem a lei e que revendem seus resíduos como uma opção de receita que gera uma boa imagem para a organização. Quando a empresa é obrigada a seguir padrões mínimos ambientais, o conhecimento vem do contato com órgãos como IBAMA e Sema.

As empresas F, G e I conhecem também o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), pois são empresas acostumadas com o mercado exterior e com os instrumentos de controle

governamental por realizarem atividades de agronegócios, mesmo que em culturas diferentes. A empresa F possui uma cultura de preparo para alterações do mercado, e a empresa G exporta seus produtos para vários países, o que a obriga a conhecer tal sistema. Inclusive, seu administrador alegou que a empresa está se preparando para sua implantação, dentro de algum tempo, não especificado por ele. O administrador da empresa I afirma ter adquirido conhecimento por meio de algumas exigências que sua organização já vivenciou.

Algumas empresas que não conhecem o Sistema de Gestão Ambiental (C, D, E, H) têm alguns pontos em comum. São todas empresas familiares, que, se não diretamente administradas pelos proprietários, estes delegam essa função a um de seus funcionários.

Em relação a conhecimento das normas da ISO 14.000, algumas considerações merecem destaque, como é o caso da empresa H, que afirmou que sua empresa não produz impactos ambientais e que seu setor econômico não agride o meio ambiente, e, por isso, não necessita conhecer as normas. Em relação ao conhecimento dos administradores sobre o SGA e as normas da ISO 14.000, é superficial e somente pelos administradores que têm obrigações legais a cumprir. No entanto, *nem uma* empresa adota um Sistema de Gerenciamento Ambiental, mas *todas* consideram que têm métodos de sustentabilidade, e que suas ações ambientalmente corretas são: coleta seletiva e economia no consumo de energia, reflorestamento e reaproveitamentos, implantação e manutenção de PPRA e SASSMAQ (PPRA é um programa de prevenção a riscos ambientais. O SASSMAQ o entrevistado não soube explicar o que é), arborização, repovoamento de alevinos nos rios da região, *projetos* de incentivo ao reflorestamento e cartilhas de boa conduta ambiental, tratamento de afluentes e de resíduos de produção, compra de produtos legalizados e cuidados com as águas. (SASSMAQ, segundo dados do site da ABIQUIM: “O objetivo do Sistema de Avaliação de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade – SASSMAQ é reduzir, de forma contínua e progressiva, os riscos de acidentes nas operações de transporte e distribuição de produtos químicos”. www.abiquim.org.br/sassmaq).

Em relação ao compromisso social das empresas com a comunidade onde estão inseridas, observa-se que se consideram preocupadas com o bem-estar da comunidade e que devolvem a esta o direito que lhes é atribuído de exercer sua economia por meio de ações ambientalmente corretas, que buscam proporcionar bem-estar à população e facilitam a vida econômica da região. O fato de as empresas apoiarem projetos, como patrocinadores ou organizadores, para os gestores, é uma retribuição à sociedade. Chama-se a atenção para a resposta do Gestor da empresa H, que, mostrando-se particularmente despojado e despreocupado com a pergunta, afirmou que realiza churrascos nos fins de semana para os colaboradores, mas que mantém a limpeza e higiene do ambiente de trabalho e esse é seu compromisso social.

Buscou-se identificar se os Administradores sentem-se pressionados pelos públicos-alvo das empresas sobre suas ações, como destaca Barbieri, quando comenta. “As preocupações ambientais dos empresários são influenciadas por três grandes conjuntos de forças que se interagem reciprocamente: o governo, a sociedade e o mercado.” (BARBIERI, 2004, p. 99). O que se observou foi que os Administradores não percebem nos consumidores uma consciência ecológica e exigência de adoção de padrões ecologicamente corretos, sentindo esse tipo de pressão somente do governo. Destaca-se que os administradores consideram os consumidores *desinformados, indiferentes e pouco preocupados*. No caso da empresa F, seus consumidores são considerados muito preocupados e interessados, devido às exigências legais e regulamentações ambientais que incidem sobre seu tipo de atividade, não por consciência

ecológica. Os consumidores imediatos das empresas, em sua maioria, são regionais, com extensão para o Estado, país e internacionalmente, no caso da empresa G, que atua no ramo frigorífico.

4. Conclusões

Por meio desta pesquisa, podem-se levantar se as empresas de Sinop/MT desenvolvem ações ambientalmente corretas, buscando o estabelecimento de uma conexão entre o ambiente ecológico e o ambiente econômico e que alterações para o desenvolvimento de ambos os ambientes devem ser efetivadas por meio de alterações nos padrões do comportamento humano.

Identificou-se que são as variáveis externas que exercem maior pressão para alterações do comportamento empresarial em prol da adoção de ações ecologicamente corretas e que, definitivamente, causem mudanças de atitudes, sendo a principal a variável política. Claro que, por sua vez, a variável externa sofre pressão da sociedade, mas muito maior é a interferência econômica nesta política, por deter instrumentos de comando e que, por isso, tem o maior poder de influência detectado no universo estudado. As três forças que podem causar mudanças em uma empresa são a sociedade, com seu poder de consumidora, a política, com seus instrumentos de comando e controle, e o mercado, com seu poder econômico.

A gestão ambiental é a união e integração de muitas áreas de estudo. Gerir, administrar e promover proteção ambiental são complexos que se unem para o bem comum. Ainda assim, esta não foi a realidade verificada. Segundo as justificativas da amostra pesquisada, dentro da cidade de Sinop/MT a maioria significativa obedece a leis e somente por elas concretizam programas e ações ambientais. Existem dois interessantes destaques que apresentaram uma gestão ambiental realmente eficiente e eficaz, que são as empresas B e F. Porém, elas seguem a regra geral, iniciaram e mantêm seus cuidados ambientais para se adequarem à lei e para atingirem parcela significativa do mercado. Uma presta seus serviços para órgãos públicos, e o fato de manter-se dentro das leis ambientais lhe possibilita vantagem competitiva no mercado. Outra atingiu nível excelente de gestão ambiental, tendo sua matriz alcançado a certificação do *selo verde*, o que lhe conferiu *marketing* e financiamentos a níveis internacionais. As demais controlam suas ações administrativas em âmbito de prevenir custos adicionais provenientes de multas ou demais ações das esferas públicas.

Dentre as ações de que se tomou conhecimento por meio da coleta de dados, muito se destacou como as empresas da cidade de Sinop/MT acreditam estar coletando e selecionando o seu lixo e o enviando para reciclagem como ações dignas de benesses da sociedade. Em regra, não se percebeu nenhum cuidado das empresas sobre as ações de seus fornecedores, a preocupação com a procedência de seus insumos rotineiros ou primários em importância para sua produção, exceto a Empresa I (Indústria e Comércio de Alimentos). Nenhum investimento em pesquisar as ações de seus consumidores para com seus produtos, por exemplo, e o destino desses produtos. Porém, não se verificou a preocupação das empresas em, juntamente com suas vendas, repassar a idéia ecológica, a educação ambiental, para que, no futuro, a empresa faça parte do grupo ecologicamente adequado e protegido por leis e por imagem ecológica e economicamente correta.

Ponderou-se, também, dentro das empresas, sobre uma postura de integração entre alta administração e seus funcionários ou colaboradores. Percebe-se que, com uma verdadeira inclusão e preocupação da alta administração, toda a equipe de trabalho será atingida e este é

um meio de disseminação de uma consciência ecológica digna de maiores estudos. Observou-se, por meio das entrevistas, que a integração entre funcionários e administradores está em franca evolução, maior ainda esta realidade em empresas cujos administradores cursam ou cursaram o ensino superior. Verificou-se, contudo, que falta maior inclusão das empresas dentro da gestão ambiental, os administradores pouco ou nada sabem sobre as normas ISO 14.000 e, por conseqüência, sobre o Sistema de Gestão Ambiental, um sistema altamente capaz de fornecer subsídios para se gerir uma empresa de maneira a auferir lucros em âmbito econômico e social.

As empresas que buscaram maior inclusão da gestão ambiental, e lhe forneceram a valoração adequada, atingiram mercados internacionais, nacionais e locais. Possuem vantagem competitiva frente às demais empresas, por estarem adequadas à legislação ambiental e por promoverem diferencial dentro da região do centro-norte. No entanto, as empresas locais não estão repassando ao seu produto o valor que lhe pertence devido à gestão ambiental e devido ao seu valor ecológico. Um assunto muito em pauta na imprensa mundial, as empresas não estão cobrando em seus produtos a extração dos recursos naturais e nem mesmo aquele custo de ressarcimento ambiental para a área explorada. As empresas que se destacaram por sua gestão ambiental deram grande passo competitivo no mercado regional, algumas, no mercado estadual até com direitos exclusivos, como o caso do transporte, no mercado nacional, como a indústria de alimentos que trabalha com projetos de agricultura familiar e está conforme à lei, trabalhando apenas com insumos cultivados, não nativos, e no mercado internacional, como a revenda de insumos agrícolas com seu biodiesel e seu *selo verde*.

Referências

- ANDRADE, R. O. B. de; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. *Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável*. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.
- BARBIERI, J. C. *Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- DONAIRE, D. *Gestão Ambiental na Empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MELGAR, M. J. de A. *Educação Ambiental nas Empresas: Um estudo de caso na Fischer Fraiburgo Agrícola Ltda*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- MT+20. *Planejamento Estratégico 2006-2026*. Um Plano para o Desenvolvimento do MT para os próximos 20 anos. Governo do Estado, 2004.
- NEIMAN, Z. *Meio Ambiente, educação e ecoturismo*. São Paulo: Manole, 2002.
- REIGOTA, M. *Meio Ambiente e Representação Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SASSMAQ. *Sistema de Avaliação de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade*. www.abiquim.org.br/sassmaq. Pesquisa realizada em março de 2009.
- SEIFFERT, M. E. B. *ISO 14001 Sistema de Gestão Ambiental: implantação objetiva e econômica*. São Paulo: Atlas, 2005.
- SOUZA, E. A. de. *Sinop: História, imagens e relatos*. Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004.
- TACHIZAWA, T. *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégia de negócios focadas na realidade brasileira*. São Paulo: Atlas, 2002.
- VASSALO, C. *Green is Green*. Revista Exame. Mar./2008.

VEIGA, M. M. *A competitividade e a Gestão Ambiental Internacional de Resíduos Sólidos Perigosos.* Revista Pesquisa e Desenvolvimento. Engenharia de Produção. N. 4, p. 67 – 80, fev./2005.